

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Liberal

CLASS. : 96

DATA : 31.05.85

PG. : \_\_\_\_\_

# Geólogos questionam o destino dos recursos naturais da região

Ontem, pelo transcurso do Dia do Geólogo, as duas entidades representativas da categoria realizaram debates sobre a situação da Geologia na Amazônia e a Política Mineral das empresas que lidam com o assunto, além do Governo Federal.

A Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia — Apgam, realizou no auditório do Centro de Geociências da Universidade Federal do Pará, um debate pela manhã, com o tema: "Condições de Trabalho", onde foram discutidos os problemas de salário mínimo profissional, trabalho de campo, regime de diárias, horas extras, folga de campo, periculosidade, insalubridade, aposentadoria aos vinte e cinco anos e a discussão sobre uma legislação englobando os itens acima reivindicados pela categoria.

Na mesa de debates participaram o deputado estadual do PMDB, Gabriel Guerreiro; Carlos Alberto Alves, da Docegeo; Orlando Araújo, da CPRM e Luis Ercílio Farias Júnior, presidente da Apgam. A Apgam distribuiu um manifesto aos participantes, que contou com expressiva presença dos profissionais geólogos.

No manifesto da Apgam, foi questionada a importância da profissão, nos últimos vinte anos e que coincidentemente, marcou o início do ensino de Geologia no Pará. O manifesto refere-se ao tempo de atuação da ciência no Pará, de apenas uma década e meia de trabalhos e que "já estão à disposição de governantes e legisladores, jazidas de ouro, diamantes, cobre, estanho, níquel, tungstênio, titânio, toneladas de ferro, e alumínio, manganês e outros minerais", que são recursos que raríssimos lugares do mundo possuem.

O manifesto tratou também dos destinos que estão sendo dados a esses recursos: "as manobras políticas que giram em torno deles, as duvidosas negociações envolvendo governantes e empresários e o estado deplorável de aviltamento em que se encontram os profissionais de Geologia", assinalou o manifesto. E perguntam: "onde estávamos quando nos gabinetes fechados se decidia a sorte dos recursos minerais do Pará? Trabalhan-

do nas matas, com malária, hepatites, leishmaniose, quando não reprimidos e policiados pelos chefes, frutos das nomeações diretas".

E a atuação do geólogo hoje, na Nova República, segundo o manifesto da Apgam, no plano da profissão, "continuam as mesmas condições de anos atrás". No plano político, frisam que ainda acontecem os "arranjos politiqueros daqueles que ainda não encarnaram o verdadeiro espírito democrático" e por fim, junto às celebrações do Dia do Geólogo, a Apgam protestou contra o descaso com que é tratado o exercício da profissão, a indignação pela atuação de alguns políticos paraenses "que ao invés de lutarem por benefícios que a sociedade e o Estado poderiam obter, articulam-se e se dividem na ânsia de estarem sempre próximos ao poder em seu próprio interesse".

## Política Mineral

A tarde de ontem, outra comemoração ao Dia do Geólogo transcorreu no auditório do Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM, promovida pela Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) — núcleo Norte. Foram duas palestras proferidas por Mário Caputo: "Gênese do Alinhamento Estrutural do Juruá e Arco de Iquitos" e a outra, por Frederico Barbosa, diretor da Divisão de Economia Mineral do DNPM, sobre "Evolução da Economia Mineral e Elementos de Política Mineral". Após as palestras, houve uma confraternização da categoria, na sede do DNPM.

Frederico Barbosa explanou ao pequeno público presente, sobre os dois objetivos do Plano Mestre Decenal que são: ampliar o conhecimento do subsolo (através de pesquisa e prospecção mineral) e aproveitamento dos recursos minerais. Dentro desses dois objetivos, ele analisou os principais indicadores da economia mineral.

Abordou também, a complexidade da estrutura de uma política mineral, que envolvem vários órgãos setoriais, empresas e sociedades, além

de associações de trabalhadores, segundo Frederico Barbosa. "É uma política muito complexa e o Governo nunca a escreve em um único documento. Ela está espalhada em uma série de Ministérios e embutida dentro de um planejamento global de desenvolvimento da economia do País", disse. E acrescentou, declarando que no novo governo, ainda não havia nenhum elemento novo que substitua as diretrizes básicas de política mineral.

Quanto à continuação da ação de empresas estrangeiras, na exploração dos recursos naturais do Brasil e principalmente na Amazônia, Frederico Barbosa disse que, para evitar a exploração e exportação dessas empresas internacionais, era preciso primeiro, que o Governo e o Congresso Nacional modificassem o Código de Mineração, que permite a exploração de recursos por essas empresas, desde que formem uma empresa "brasileira", para atuação nas áreas de recursos minerais abundantes. E quanto à mineração em terras indígenas, Frederico Barbosa declarou que tal assunto não era de sua área, mas garantiu que dentro da reestruturação do Código de Mineração, deverão estar incluídos esses elementos novos, que serão discutidos através de um grupo de estudo que proporrá reformulações ao Código de Mineração, e o que sair de conclusão do grupo, será levado ao Congresso Nacional, para ser debatido.

## Economia Mineral

Neste assunto, Frederico Barbosa acha-se otimista, declarando que, os índices são animadores com relação ao aproveitamento dos recursos minerais, porque a produção cresceu ano passado, em mais de 4 por cento.

E na exportação, "mercado que não sofreu a recessão econômica que o País atravessa", segundo frisou, o Brasil está se saindo muito bem, principalmente na produção de petróleo. "Hoje, a participação nas exportações brasileiras no setor mineral é de quase 50 por cento, já em produtos transformados, ou seja, nós não estamos exportando mais minérios brutos", declarou Frederico Barbosa.